



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150375 - BA (2021/0218720-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : EVANILDES RAMOS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EVANILDES RAMOS DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8000873-14.2021.8.05.000).

A recorrente responde a ação penal por suposta prática de homicídio e está preso preventivamente desde 8/1/2018. Pronunciado em 11/3/2019, aguarda custodiado seu julgamento. Foi realizado pedido de revisão de prisão, sendo a custódia cautelar mantida pelo Juízo de primeiro grau.

Sustenta que há evidente excesso de prazo para o oferecimento regular da ação penal, porquanto o paciente está preso pronunciado há mais de 2 anos sem perspectiva para julgamento pelo tribunal do júri da Comarca de Feira de Santana. Alega que os requisitos da liminar da ordem se encontram presentes no perigo da demora (diante da lesão ao direito de liberdade do paciente) e na fumaça do bom direito acima descrita, podendo ser aplicadas medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, pede o provimento do recurso, concedendo-se, em definitivo, ordem de *habeas corpus*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente